

Amazônia: as últimas línguas indígenas sobreviventes¹

Amazon: the last surviving indigenous languages

Ademar dos Santos Lima²
Rosineide Magalhães de Sousa²
Antonio Augusto Souza Mello²

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v22i49.829>

Resumo: Neste artigo, apresentamos as línguas indígenas da Amazônia, as que já foram extintas, as que continuam sendo faladas e já registradas e as línguas dos povos indígenas isolados, com especial atenção a essas últimas línguas indígenas amazônicas brasileiras que restaram após mais de quatro séculos de colonização. Para a organização e discussão do estudo, dividimos as línguas em cinco categorias: vivas, extintas, mortas, debilitadas e revitalizadas. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa e as técnicas empregadas foram de metapesquisa com foco na triangulação dos dados bibliográficos e de pesquisa etnográfica. O estudo constatou que há 36 famílias linguísticas e das 718 línguas indígenas que havia na Amazônia brasileira, apenas 26 são, ainda, faladas fluentemente e de forma interrupta por cerca de 5 mil ou mais falantes dentro de cada etnia, 438 foram extintas, 3 estão mortas e possuem apenas registros escritos, 243 estão debilitadas e são faladas por pequenos grupos e pessoas mais idosas, geralmente, acima dos 40 anos e 8 foram revitalizadas. Ou seja, reintroduzidas na prática de interação e comunicação da comunidade linguística. Abordamos neste trabalho, também, o conceito de cada uma dessas categorias de línguas indígenas e a situação em que cada língua se encontra dentro do contexto dessas categorias linguísticas.

Palavras-chave: sociolinguística; línguas amazônicas; povos indígenas; línguas em perigo.

Abstract: In this article, we present the indigenous languages of the Amazon, those that have already become extinct, those that continue to be spoken and already recorded, and the languages of isolated indigenous peoples, with special attention to these last Brazilian Amazonian indigenous languages that

¹ Este artigo faz parte da pesquisa do projeto de doutorado intitulado *A situação sociolinguística e de letramento em língua Nheengatu dos professores e alunos das escolas indígenas do município de Manaus, Amazonas*, que se insere no projeto do Grupo de Pesquisa (Socio) Linguística, Letramentos Múltiplos e Educação (SOLEDOC), certificado pelo CNPq/UnB.

² Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

remain after more than four centuries of colonization. For the organization and discussion of the study, we divided languages into five categories: living, extinct, dead, weakened and revitalized. The methodology used was a qualitative approach and the techniques used were meta-research focusing on the triangulation of bibliographic data and ethnographic research. The study verified that there are 36 language families and of the 718 indigenous languages that existed in the Brazilian Amazon, only 26 are still spoken fluently and uninterruptedly by about 5,000 or more speakers within each ethnic group, 438 have become extinct, 3 are dead and only have records. written, 243 are debilitated and are spoken by small groups and older people, generally over 40 and 8 have been revitalized. In other words, reintroduced into the practice of interaction and communication of the linguistic community. We also approach in this work the concept of each of these categories of indigenous languages and the situation in which each language finds itself within the context of these linguistic categories.

Keywords: sociolinguistics; amazonian languages; indian people; endangered languages.

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros relatos sobre o contato linguístico com os povos indígenas da Amazônia são encontrados em textos em forma de cartas dos navegadores ocidentais dos séculos 16, 17 e 18 do período colonial na região amazônica. Esses documentos descrevem de forma detalhada e minuciosa as características geográficas, ambientais, culturais e linguísticas da Amazônia e de sua gente.

As cartas escritas por Carvajal (1941) *Relación del Descubrimiento del Río de las Amazonas*; Acuña (1641), *Novo Descobrimiento do Grande Rio das Amazonas*; Fritz (2017) *O diário do Padre Samuel Fritz*; La Condamine (1745) *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*; Noronha (1862) *Roteiro da viagem do Pará até as últimas colônias do sertão*; Heriarte, (1874) *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*, e La Espada, (1889) *Viaje del capitán Pedro Texeira, aguas arriba del rio de las Amazonas: 1638-1639* são nosso diário de bordo para investigarmos as últimas línguas amazônicas sobreviventes, a partir da comparação de dados linguísticos desses textos com os da atualidade.

Para entendermos o termo línguas amazônicas, precisamos observar também os termos países amazônicos e fronteiras linguísticas amazônicas, haja vista, que todos esses termos estão intrinsecamente ligados ao contexto de Amazônia,

pois a Etimologia desse topônimo surge por ocasião da expedição de Francisco de Orellana em 1540 e 1542 quando desceu o rio Amazonas em toda sua extensão, a partir dos Andes e, que em seus relatos afirmou ter visto mulheres guerreiras que ele as chamou de “Amazonas”. A partir de então, o rio passou a se chamar rio das Amazonas, do qual derivou o termo Amazônia (CARVAJAL, 1941).

Nesse sentido, para Queixalós e Renault-Lescure (2000), há três variáveis mais aceitáveis no processo de classificação de línguas amazônicas, a primeira seria considerar todas aquelas línguas que se encontram dentro do bioma amazônico, ou seja, no espaço geográfico da Amazônia Legal. A segunda variável seria a partir de conexões filológicas entre as línguas e a terceira variável seria considerarmos como línguas amazônicas aquelas que são pertencentes às famílias linguísticas e protolínguas que se originaram e/ou que tiveram como ponto de dispersão à Amazônia (Grifo nosso).

Ao referirmo-nos em línguas amazônicas na atualidade, observamos que o panorama linguístico da região Amazônia se caracteriza pelo predomínio de três famílias linguísticas amplamente dispersas no espaço geográfico do bioma amazônico abrangendo os chamados países amazônicos como: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela, que são as famílias Aruák, Karíb e Tupi-Guarani. É claro que atualmente encontramos também línguas da família linguística Macro-Jê na Amazônia, principalmente, no estado de Rondônia, decorrente do fluxo migratório dos povos Jê nos séculos 17, 18, 19 e 20 (QUEIXALÓS; RENAULT-LESCURE, 2000).

O número de famílias linguísticas contabilizadas na Amazônia é de 36 e, em cada família linguística, o número de línguas varia entre 2 e 40 línguas, sem contar com as 8 línguas isoladas que não têm parentesco com outras. Ao todo, o quantitativo de línguas indígenas amazônicas que, ainda, são consideradas vivas ou debilitadas, na atualidade, é de 193 línguas, incluindo-se as variedades (dialetos). Mas se levar em consideração as línguas dos povos indígenas isolados, o número sobe para 307 línguas indígenas (QUEIXALÓS; RENAULT-LESCURE, 2000).

O primeiro censo demográfico da população indígena na Amazônia ou de parte dela foi por meio de levantamento *survey* e amostragem aplicado por Abbeville (1975, p. 221-222) na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas, que em sua convivência com o povo Tupinambá do Maranhão e do Pará, ele constatou por

meio do censo demográfico que em cada oca (casa) havia cerca de 80 indígenas residindo e, que isso era comum nas aldeias que ele visitou ao longo de toda aquela imensa área geográfica. Assim, ele fez uma estimativa demográfica da população daquela região no início do século 17.

Noronha (1862) usou essa mesma técnica de levantamento *survey*, não só para verificar a demografia populacional nas aldeias ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, Tapajós, Madeira e rio Negro, mas para quantificar também o número de línguas na primeira metade do século 18. As projeções de estimativas alcançadas era que havia 718 línguas no início da colonização na Amazônia brasileira, que é nosso foco de estudo neste trabalho. Mas se levarmos em consideração as línguas indígenas dos países amazônicos e de povos indígenas *gentios*³, as estimativas apontam que havia 1.492 línguas indígenas amazônicas agrupadas em seis troncos linguísticos: Tupi, Caribe, Aruák, Pano, Gê e Tukano, e mais as línguas consideradas isoladas ou não classificadas em família ou tronco linguístico (LOUKOTKA, 1968).

Observamos que no século 16 não havia informações de dados desses pesquisadores sobre o número de famílias linguísticas existentes na Amazônia e nem tampouco se levava em consideração nesses levantamentos linguísticos as línguas dos povos *gentios* que hoje chamamos de povos indígenas isolados. Mas nesse trabalho, consideramos tanto as línguas dos povos *gentios* quanto as dos povos indígenas isolados amazônicos, pois interessa sabermos quantas línguas amazônicas de fato existiam na Amazônia brasileira, para podermos, a partir dessa totalidade, fazermos um breve levantamento de quantas línguas foram extintas, mortas e de quantas ainda sobrevivem somente do lado brasileiro. Assim, acreditamos que os documentos produzidos no período colonial na Amazônia são verdadeiros dossiês sobre as riquezas da região, desde as plantas economicamente viáveis conhecidas como drogas do sertão, a fauna como: peixes, quelônios e animais silvestres e, principalmente, as populações e línguas amazônicas que é nosso foco de estudo nesses escritos.

³ O termo indígena *gentio* era usado pelos colonizadores dos séculos 16, 17, 18 e 19 e referia-se ao povo indígena desconhecido e que não se sujeitava ao colonizador. No século 20, a FUNAI passou a denominar os povos indígenas não contatados de indígenas isolados, referindo-se especificamente a grupos indígenas com ausência de relações permanentes com as sociedades nacionais.

Acreditamos que é relevante se falar sobre fauna e flora amazônica e do estudo da geografia e da história da região, pois tudo isso se conjuga para se conceber na região amazônica um mosaico de situações linguísticas variadas e multilíngues e, é sem dúvida um marco para as Ciências Linguísticas, pois a história das línguas indígenas amazônicas é a história da assolação cultural causada pelos colonizadores de um universo de 718 línguas que eram faladas antes da chegada dos ocidentais na Amazônia (RODRIGUES, 2007).

Por isso, nos dedicamos às questões sociolinguísticas dos povos indígenas da Amazônia e suas línguas e, para melhor organizarmos esse artigo, dividimos o estudo das línguas amazônicas em cinco categorias: as línguas *vivas*, as línguas *extintas*, as línguas *mortas*, as línguas *debilitadas* e as línguas *revitalizadas*. As línguas indígenas hoje são consideradas riqueza e patrimônio imaterial da sociedade brasileira. Entretanto, nem sempre foi assim. Por ocasião da chegada dos europeus ao Brasil, mais especificamente à Amazônia nos séculos 16, 17 e 18 houve várias tentativas de silenciar os povos indígenas, inclusive os proibindo de falarem suas línguas maternas, como foi o caso do decreto *Diretório dos Índios* (1758), de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal que proibiu o ensino e a prática de qualquer idioma indígena na Amazônia naquele período (COELHO, 2016).

Outros entraves, como os impactos que essa lei causou às línguas indígenas, além de problemas como doenças trazidas por esses colonizadores e as guerras que dizimaram centenas e milhares de falantes de línguas amazônicas e, obviamente, que suas línguas pereceram juntamente com eles. Línguas que, ainda, não havia sido nem se quer registradas (COELHO, 2016).

Na visão dos colonizadores, as línguas indígenas sempre representaram um problema de Estado para eles, e empenhados na conquista do território amazônico no período colonial, trataram de providenciar a extinção desses idiomas, usando como pano de fundo o papel da religião e o idioma português na pregação e na confissão dos indígenas. Desse modo, no século XVIII houve uma acentuação mais drástica, em que a evangelização com a finalidade em si, perde definitivamente seu papel de protagonista, submetendo-se à integração política e econômica do Estado e, assim, surgem às ideias de universalização da língua portuguesa, provenientes da coroa Real Portuguesa (QUEIXALÓS; RENAULT-LESCURE, 2000).

Desse modo, estava decretado o extermínio das línguas indígenas amazônicas que eram tão numerosas e diversas que, de acordo com os cálculos dos linguistas, esses estimavam que havia aproximadamente 1.200 línguas indígenas no Brasil e dessas centenas de línguas, 718 eram faladas na Amazônia brasileira, incluindo-se as dos povos gentios (RODRIGUES, 2007).

Acreditamos que a extinção dessas línguas indígenas da forma como foi imposta pelos colonizadores europeus não só gerou o caos no modo de comunicação social, mas também no modo como os povos indígenas elaboravam, codificavam e conservavam seus conhecimentos do mundo. Assim, buscamos mostrar nesse trabalho que ao logo de quatro séculos de colonização praticada pelos ocidentais na Amazônia brasileira restaram poucas línguas indígenas ainda vivas ou revitalizadas, dentre dezenas que foram extintas, mortas ou estão em estado de debilidade.

O artigo está estruturado a partir desta Introdução inicial que traz um breve panorama das discussões propostas no desenvolvimento do trabalho; da Seção 2 que trata dos procedimentos metodológicos, métodos e técnicas da pesquisa; da Seção 3 que discute os conceitos e faz a distinção entre línguas vivas, extintas, mortas, debilitadas, revitalizadas e apresenta dados quantitativos sobre a situação dessas línguas e; finalmente a Seção 4 faz as considerações finais e aponta os possíveis estudos futuros.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo sobre as línguas indígenas amazônicas, em sua fase inicial constou de leituras correspondentes à revisão da literatura do assunto abordado baseadas nas cartas do período colonial na Amazônia, de Carvajal (1941), Acuña (1641), Fritz (2017), La Condamine (1745), Noronha (1862), Heriarte (1874) e La Espada (1889). Posteriormente, realizamos, também, a leitura dos textos de Rodrigues (2005; 2013), Queixalós e Renault-Lescure (2000), Bessa Freire (2003; 2005), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) e FUNAI (2013). A partir dos dados coletados, fizemos a triangulação para a obtenção de novos dados de pesquisa que são os que fazem parte do corpo deste trabalho.

2.1 Métodos

Geralmente os métodos são confundidos com metodologia e metodologia com o desenho da pesquisa. Entretanto, métodos são procedimentos empregados para recolher dados usados como base para inferência e interpretação, para explicação e prevenção, ao passo que metodologia descreve e analisa esses métodos, mostrando suas limitações e recursos, esclarecendo seus pressupostos e consequências e relacionando suas potencialidades na transição das fronteiras do conhecimento científico (PAIVA, 2019, p. 15).

Desse modo, um método de pesquisa refere-se a uma tecnologia para conduzir um estudo científico. Ou seja, ferramenta e técnica para fazer pesquisa com o propósito de descobrir novas informações ou entender melhor o objeto de estudo. Assim, nesse estudo utilizamos a pesquisa de natureza bibliográfica em interação com a etnografia e a técnica de metapesquisa como estratégia para análise dos dados linguísticos na descrição das características linguísticas de falantes e de suas línguas, assim como de outros tipos de informações que contribuíram para a construção deste estudo (PAIVA, 2019, p. 50).

2.2 Alcance da investigação

A investigação teve um alcance de estudo descritivo envolvendo os estudos documentais, bibliográficos e pesquisa etnográfica, tendo como objetivo a “descrição das categorias e classificação da situação das línguas amazônicas e o estabelecimento de relações entre as variáveis” (GIL, 2006, p. 73). No caso desse estudo, tratamos sobre a situação das línguas indígenas amazônicas, como: categorias de línguas vivas, línguas debilitadas, línguas extintas, línguas mortas e línguas revitalizada, e categorias de línguas amazônicas.

2.3 O caminho da coleta dos dados

Inicialmente, fizemos o levantamento bibliográfico dos textos do período colonial que são as cartas escritas por Carvajal (1541), Acunã (1641), Fritz (2017), La Condamine (1745), Noronha (1862), Heriarte (1874) e La Espada (1889). Esses documentos contêm informações detalhadas sobre a geografia, povos e línguas da região amazônica da época da colonização na Amazônia. A partir de leituras

minuciosas, separamos os nomes dos povos e línguas citadas nesses documentos, inclusive daqueles grupos indígenas que os escritores daquele período chamavam de “índios gentios” e, que atualmente a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) os denomina de “índigenas isolados”, porque são povos que não se têm contato, não se sabe os nomes e nem que línguas eles falam.

Após as coletas de informações nesses documentos antigos de nomes e línguas dos povos indígenas, passamos a coletar também informações dos textos linguísticos mais atuais sobre línguas indígenas amazônicas, em especial nos trabalhos de Rodrigues (2005; 2013); Queixalós e Renault-Lescure (2000); Bessa Freire (1983; 2005); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) e FUNAI (2013). Posteriormente, foi feita a triangulação dos dados linguísticos das categorias de línguas e povos indígenas.

2.4 Técnica de análise dos dados

O estudo foi dividido em três fases: Na primeira fase, fizemos uma lista com os nomes de todos os povos e línguas citadas nas cartas do período colonial, inclusive de povos gentios. Em seguida, organizamos uma segunda lista com todas as línguas citadas ultimamente pelos linguistas Rodrigues (2005; 2013), Queixalós e Renault-Lescure (2000), Bessa Freire (1983; 2005), IBGE (2012) e FUNAI (2013), incluindo também as línguas dos povos indígenas isolados citadas pela Fundação Nacional do Índio, e divididas em três tipos: línguas dos povos indígenas gentios, línguas dos povos indígenas conhecidos e registrados e as línguas dos povos indígenas isolados.

Na segunda fase do estudo, separamos as línguas por categoria de línguas vivas, línguas debilitadas, línguas extintas, línguas mortas e línguas revitalizadas. Para sabermos a situação de cada língua e para classificá-la dentro de uma dessas categorias, analisamos os últimos registros de pesquisas sobre as línguas que ainda são faladas e comparamos com as da lista dos textos dos escritores do período colonial (ABBEVILLE, 1975; ACUNÃ, 1641; CARVAJAL, 1941; FRITZ, 2017; CONDAMINE, 1745; ESPADA, 1889; HERIARTE, 1874; NORONHA, 1862), para ver quais constavam na lista atual e, assim separamos as que estão vivas das que estão debilitadas, e as debilitadas das que foram extintas, das que estão mortas e das que estão revitalizadas. No caso das línguas dos povos gentios, nos baseamos nos números de vezes de citações que os escritores fizeram em cada rio que visitavam

e afirmavam ter encontrado grupos de índios gentios naquela localidade. Assim, se supunha que aquele grupo falava uma língua. No caso dos indígenas isolados da atualidade foi o mesmo procedimento, sendo que baseado no relatório da FUNAI (2013) que cita que “há 114 povos indígenas isolados na Amazônia” e, estimamos que cada grupo fala uma língua, somando-se 114 línguas. Desse modo, organizamos e classificamos as línguas amazônicas dentro de cada categoria.

Na terceira fase do estudo, elaboramos uma tabela com cinco subdivisões e em cada uma delas relacionamos as línguas por categoria em línguas vivas, debilitadas, extintas, mortas e revitalizadas, e posteriormente, elaboramos gráficos com a quantidade total de famílias linguísticas e de línguas por categorias.

3 A SITUAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA NA AMAZÔNIA

Não se pode falar da situação sociolinguística brasileira senão destacar a realidade linguística amazônica, o epicentro do “contato linguístico” que é um assunto recorrente desde os primeiros relatos de textos dos navegadores ocidentais dos séculos 16, 17 e 18 do período colonial na Amazônia. Esses documentos descrevem de forma detalhada e minuciosa as características geográficas, ambientais, culturais e o intenso contato linguístico na Amazônia entre os povos que nela habitavam e, ainda, habitam.

As cartas escritas por Carvajal (1941) *Relación del Descubrimiento del Río de las Amazonas*; Acunã (1641), *Novo Descobrimiento do Grande Rio das Amazonas*; Fritz (2017) *O diário do Padre Samuel Fritz*; La Condamine (1745) *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*; Noronha (1862) *Roteiro da viagem do Pará até as últimas colônias do sertão*; Heriarte (1874) *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*, e La Espada (1889) *Viaje del capitán Pedro Texeira, aguas arriba del rio de las Amazonas: 1638-1639*, são verdadeiros diários de bordo para se investigar o contexto sociolinguístico da região e das línguas amazônicas que já foram extintas, mortas e/ou, ainda, sobrevivem. Discussões que apresentamos aqui a partir da comparação de dados linguísticos dessas cartas com os textos linguísticos da atualidade.

Ao analisarmos esses documentos, observamos que houve uma situação linguística negligenciada por parte de linguistas e instituições de pesquisa ao não se analisar os números reais de línguas indígenas faladas no Brasil, haja vista,

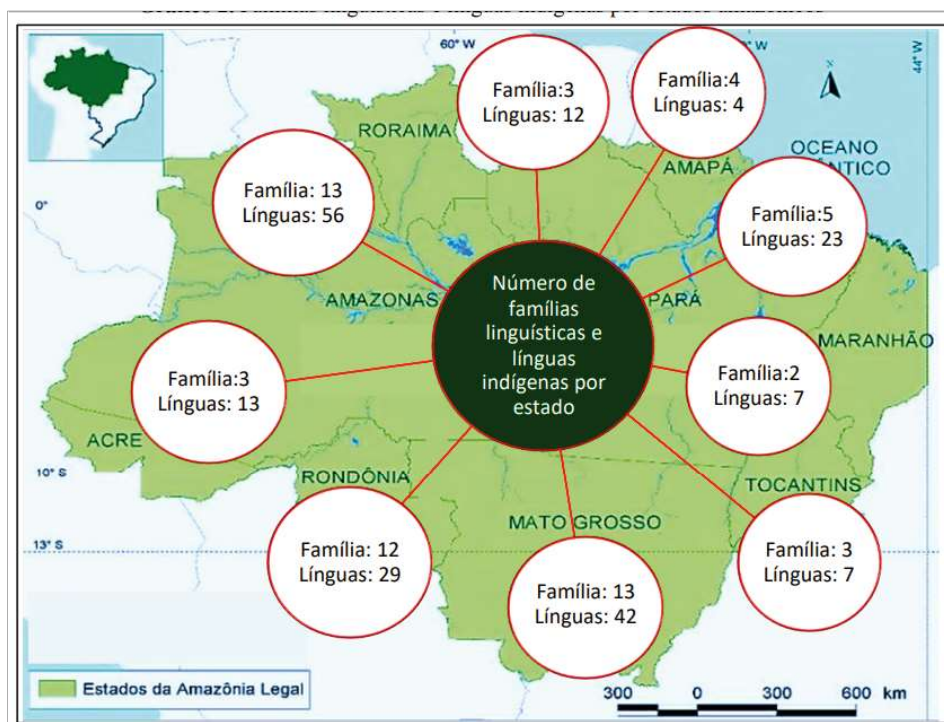
que desde os primeiros estudos e levantamentos linguísticos até o presente, as pesquisas não levaram em consideração as línguas faladas pelos povos indígenas denominados de gentios (bárbaros) daquele período colonial, e nem tampouco, levam em consideração também as línguas faladas pelos povos indígenas isolados da atualidade na Amazônia. Os estudos linguísticos não contemplaram, ainda, o contexto sociolinguístico desses povos indígenas, mesmo sabendo que cada povo indígena gentio falava uma língua e/ou que cada povo indígena isolado fala uma língua (FUNAI, 2013).

Para entendermos o termo línguas amazônicas, precisamos observar também os termos países amazônicos e fronteiras linguísticas amazônicas, haja vista, que todos esses termos estão intrinsicamente ligados ao contexto de Amazônia, pois a Etimologia desse topônimo surge, que por ocasião da expedição de Francisco de Orellana em 1540 e 1542 quando desceu o rio Amazonas em toda sua extensão, a partir dos Andes, relatou ter visto mulheres guerreiras que ele as chamou de Amazonas. Desse modo, o rio passou a se chamar rio Amazonas, do qual derivou o termo Amazônia (ACUÑA, 1637).

Ao se pesquisar sobre línguas amazônicas, para Queixalós e Renault-Lescure (2000), deve-se levar em consideração três variáveis que são as mais aceitáveis no processo de classificação de línguas amazônicas. “A primeira delas seria considerar as línguas que se encontram dentro do bioma amazônico”. Ou seja, no espaço geográfico da Amazônia Legal. “A segunda seria considerar as conexões filológicas entre as línguas, e a terceira variável seria considerar como línguas amazônicas aquelas que são pertencentes às famílias linguísticas e protolínguas que se originaram e/ou que tiveram como ponto de dispersão à Amazônia”. De todo modo, ao se falar em línguas amazônicas observa-se que, na atualidade, o panorama sociolinguístico da região Amazônia se caracteriza pelo predomínio de três famílias linguísticas amplamente dispersas no espaço geográfico do bioma amazônico, abrangendo os chamados países amazônicos, como: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana Inglesa, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela, que são as famílias linguísticas Aruák, Karíb e Tupi-Guarani. É claro que, atualmente, encontramos também línguas da família linguística Macro-Jê na Amazônia, principalmente, no estado de Rondônia, decorrente do fluxo migratório dos povos Jê nos séculos 17, 18, 19 e 20 (QUEIXALÓS; RENAULT-LESCURE, 2000).

O número de famílias linguísticas contabilizadas na Amazônia é de 36 famílias e, em cada família linguística, o número de línguas varia entre 2 e 40 línguas, sem contar com as 8 línguas isoladas que não têm parentesco com outras. Ao todo, o quantitativo de línguas indígenas amazônicas que, ainda, são consideradas vivas ou debilitadas, na atualidade, é de 193 línguas, incluindo-se as variedades (RODRIGUES, 2013). Mas se levar em consideração as línguas dos povos indígenas isolados, o número sobe para 307 línguas indígenas (QUEIXALÓS; RENAULT-LESCURE, 2000). Essas famílias linguísticas e línguas estão dispersas pela vasta região amazônica e distribuídas em 9 estados brasileiros- Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, conforme dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2021).

Gráfico 1 - Famílias linguísticas e línguas indígenas por estados amazônicos



Fonte: Rodrigues (2013).

Contabilizar o número de línguas indígenas faladas no Brasil e, em especial na Amazônia sempre foi um trabalho complexo. Nos dados do Gráfico 1, Rodrigues

(2013), em seu levantamento linguístico sobre “Línguas indígenas brasileiras”, contabilizou 193 línguas distribuídas entre 36 famílias linguísticas espalhadas por 9 estados da Amazônia brasileira, sendo 13 famílias linguísticas e 56 línguas no estado do Amazonas, 3 famílias linguísticas e 13 línguas no estado do Acre, 4 famílias linguísticas e 4 línguas no estado do Amapá, 2 famílias linguísticas e 7 línguas no estado do Maranhão, 13 famílias e 42 línguas no estado do Mato Grosso, 5 famílias linguísticas e 23 línguas no estado do Pará, 12 famílias linguísticas e 29 línguas no estado de Rondônia, 3 famílias linguísticas e 12 línguas no estado de Roraima e 3 famílias linguísticas e 7 línguas no estado do Tocantins.

O primeiro censo demográfico da população indígena na Amazônia ou de parte dela foi aplicado por meio de levantamento *survey* e amostragem realizado por Abbeville (1975, p. 221-222) na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas, que em sua convivência com o povo Tupinambá do Maranhão e do Pará, ele constatou através do censo demográfico que em cada oca (casa) havia cerca de 80 indígenas residindo, e que isso, era comum nas aldeias que ele visitou ao longo de toda aquela área geográfica. Assim, ele fez uma estimativa demográfica da população daquela região no início do século 17, o qual cita que: “[...] a quantidade aproximada era de dez mil homens, mulheres e crianças” (ABBEVILLE, 1975, p. 224).

Noronha (1862) usou essa mesma técnica de levantamento *survey*, não só para verificar a demografia populacional nas aldeias ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, Tapajós e Madeira, mas para quantificar também o número de línguas na primeira metade do século 18. As projeções e estimativas alcançadas era que havia 718 línguas no início da colonização na Amazônia brasileira. Mas se levarmos em consideração as línguas indígenas dos países amazônicos e de povos indígenas *gentios*⁴ e *isolados*⁵, as estimativas apontam que havia 1.492 línguas indígenas amazônicas agrupadas em seis troncos linguísticos: Tupi, Caribe, Aruák, Pano, Gê e Tukano, e mais as línguas consideradas isoladas ou não classificadas em família ou tronco linguístico (LOUKOTKA, 1968). Entretanto, neste estudo consideramos apenas as línguas do bioma amazônico brasileiro.

⁴ O termo indígena *gentio* (bárbaro) era usado pelos colonizadores dos séculos 16, 17, 18 e 19 e referia-se ao povo indígena desconhecido e que não se sujeitava ao colonizador.

⁵ O termo indígena (povo) *isolado* é usado desde o século 20 pela FUNAI, que passou a denominar os povos indígenas não contatados de indígenas isolados, referindo-se especificamente a grupos indígenas com ausência de relações permanentes com as sociedades nacionais.

Vale ressaltar, que no século 17 não havia informações de dados desses pesquisadores sobre o número de famílias linguísticas existentes na Amazônia e, nem tampouco se levava em consideração nesses levantamentos linguísticos às línguas dos “povos gentios” que, atualmente, o que restou deles, chamamos de “povos indígenas isolados”. Mas neste trabalho, consideramos tanto as línguas dos povos gentios quanto as línguas dos povos isolados amazônicos, pois interessa saber, também, quantas línguas amazônicas, de fato, existiam na Amazônia brasileira, para que, assim, a partir dessa totalidade se possa fazer um breve levantamento linguístico de quantas línguas foram extintas, mortas e de quantas, ainda, sobrevivem somente do lado amazônico brasileiro. Dessa forma, entendemos que os documentos produzidos por Abbeville (1975), Carvajal (1541), Acunã (1641), Fritz (2017), La Condamine (1745) e Noronha (1862) no período colonial na Amazônia, são verdadeiros dossiês sobre as riquezas da região, desde as plantas economicamente viáveis conhecidas como “drogas do sertão”, a fauna como peixes, quelônios e animais silvestres e, principalmente, das populações e línguas amazônicas que nesse capítulo é o foco do estudo.

Nesse sentido, é relevante se falar sobre fauna e flora amazônica e do estudo da geografia e da história da região, pois tudo isso se conjugam para se conceber na região amazônica um mosaico de situações linguísticas variadas e multilíngues, e é, sem dúvida, um marco para as Ciências Linguísticas, em especial para Sociolinguística, pois a história das línguas indígenas amazônicas é a história da assolação cultural causada pelos colonizadores, de um universo de 718 línguas que eram faladas antes da chegada dos ocidentais na Amazônia brasileira, e que resultou na extinção e morte da maioria dessas línguas (SANTOS, 2009).

Desse modo, nos dedicamos às questões sociolinguísticas dos povos indígenas da Amazônia e suas línguas que, do ponto de vista da relevância dos estudos sociolinguísticos, são línguas negligenciadas por falta de políticas linguísticas eficazes. Assim, para melhor organizar essa discussão, dividimos o estudo das línguas amazônicas em três tipos: línguas dos povos indígenas gentios, línguas dos povos indígenas isolados e línguas dos povos indígenas conhecidos, e em cinco categorias de línguas: as línguas *vivas*, as línguas *extintas*, as línguas *mortas*, as línguas *debilitadas* e as línguas *revitalizadas*.

3.1 As línguas negligenciadas

As línguas indígenas são consideradas, atualmente, como riqueza e patrimônio imaterial da sociedade brasileira (RIBEIRO, 1995). Contudo, nem sempre foi assim, pois no período da colonização dos europeus no Brasil, mais especificamente na Amazônia nos séculos 16, 17 e 18 houve várias tentativas de silenciar os povos indígenas, inclusive, os proibindo de falarem suas línguas maternas, como foi o caso do decreto *Diretório dos Índios* (Art.6º, 1757), do rei de Portugal Dom José I, e executado no Brasil colônia por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que por meio desse “Alvará”, proibiu o ensino e a prática oral e escrita de qualquer língua indígena na Amazônia daquele período em detrimento do idioma português (COELHO, 2016).

Se não bastassem os impactos que esse decreto causou às línguas indígenas, outros problemas como doenças trazidas por esses colonizadores e a chamada *guerra justa*⁶ dizimaram também centenas e milhares de falantes de línguas amazônicas e, obviamente, suas línguas desapareceram juntamente com esses falantes, principalmente, de línguas que ainda não havia sido nem se quer registradas ou estudadas. Entre os grupos indígenas que mais sofreram com a perda de suas culturas e línguas, estão os chamados indígenas “gentios” (bárbaros), como eram conhecidos pelos colonizadores, em virtude desses grupos não aceitarem o processo de escravização ou de integração à sociedade nacional daquele período. Assim, eram lhes imposta a chamada “guerra justa” pela Monarquia Portuguesa e, com isso, dezenas de povos indígenas foram dizimados e com eles foram também extintas suas línguas, haja vista, que as línguas só existem por causa de seus falantes (CALVET, 2002, p. 12).

A negligência linguística continuou, ainda, entre os anos de 1916 a 1990, período em que os salesianos, responsáveis pelo ensino da modalidade de Educação Escolar Indígena proibiram também o ensino e uso das línguas indígenas em seus espaços escolares, assim como também qualquer tipo de manifestação tradicional e cultural dos povos indígenas, influenciando, assim, de forma negativa as atitudes linguísticas dos alunos indígenas em suas línguas maternas. Baseado

⁶ A chamada guerra justa era um Decreto do Rei de Portugal que declarava guerra aos inimigos da coroa, nesse caso, as tribos indígenas que resistiam ao trabalho compulsório, à aculturação e à ocupação de suas terras pelos colonizadores portugueses.

no contexto sociolinguístico dos povos indígenas da Amazônia, caracterizo três tipos de línguas indígenas da região amazônica relacionando-as diretamente ao período do processo de colonização na região nos séculos 17, 18 e 19, e dos povos indígenas da atualidade (CABALZAR, 2012, p. 29).

Quadro 1 - As categorias de línguas indígenas amazônicas e suas caracterizações

CATEGORIA	CARACTERIZAÇÃO	NÚMERO DE LÍNGUAS
Línguas dos povos indígenas gentios	As línguas dos povos indígenas gentios são caracterizadas como aquelas que não foram conhecidas e nem sequer registradas, pois essas línguas desapareceram juntamente com seus falantes (índios gentios), como eram denominados os grupos de indígenas que não aceitavam ser subjugados pelos colonizadores no período colonial na Amazônia.	60 (estimativa)
Línguas dos povos indígenas isolados	As línguas dos povos indígenas isolados são caracterizadas como aquelas que são faladas pelos grupos de indígenas isolados e que, ainda, não tiveram contato com a sociedade ocidental, sendo assim, línguas desconhecidas por parte das instituições de pesquisa e dos pesquisadores da área de linguística.	114 (estimativa)
Línguas dos povos indígenas conhecidos	As línguas dos povos indígenas conhecidos são caracterizadas como aquelas que já são conhecidas e registradas linguisticamente em troncos e famílias linguísticas e estudadas pelos pesquisadores.	193 (estimativa)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas análises dos dados levantados, observa-se que no período da colonização, de acordo com Noronha (1862) havia 60 povos indígenas gentios e, que, por ocasião da repressão dos colonizadores, desapareceram e com eles suas línguas sem que houvesse nenhum registro linguístico, a não ser a citação nas cartas dos navegadores sobre a localização geográfica desses povos gentios. Na atualidade, a Funai identificou aproximadamente 114 povos isolados (como são denominados atualmente os povos gentios daquele período colonial) e, que permanecem sem nenhum dado sociolinguístico de suas línguas registrados, a não ser de informações de suas localidades geográficas e de suas existências. Dos 307 povos existentes, somando-se isolados e conhecidos, apenas 193 têm suas línguas estudadas e, assim mesmo, muitas delas já desapareceram.

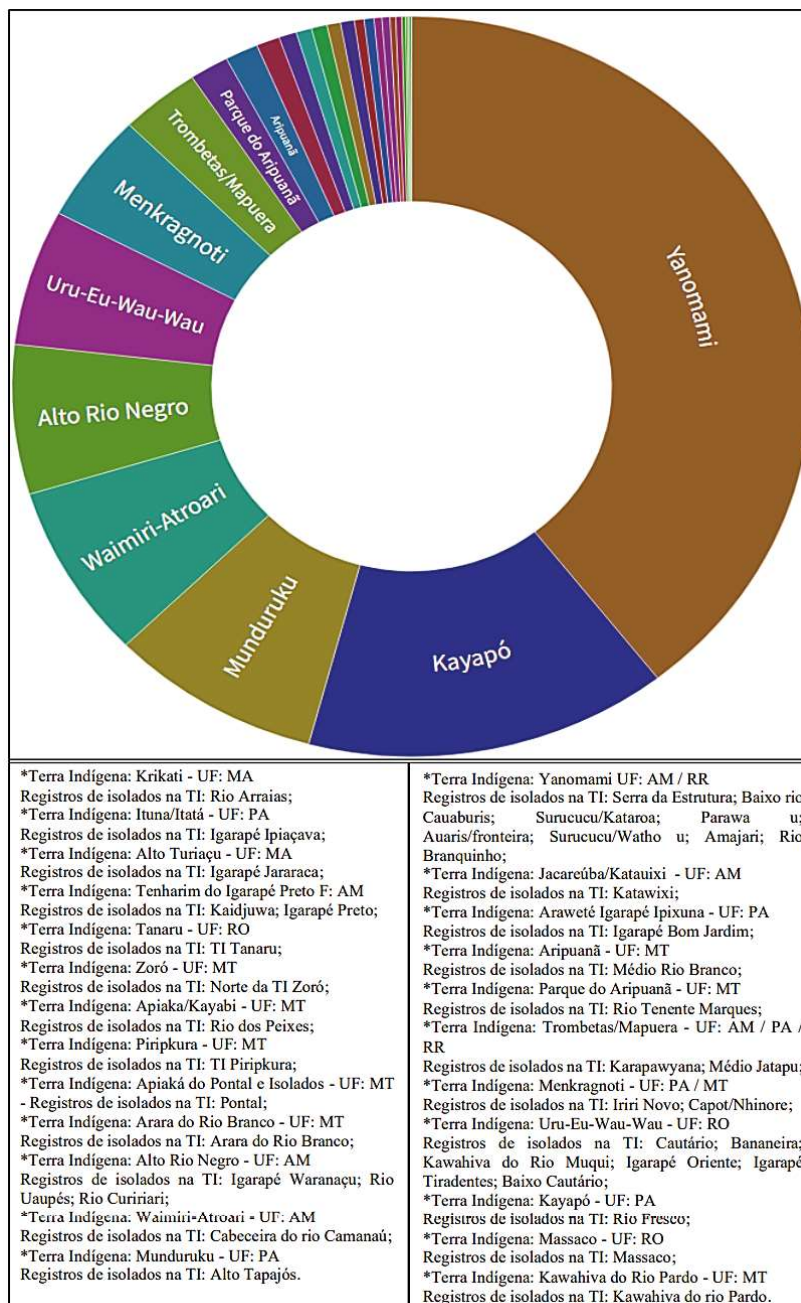
No levantamento de dados linguísticos, levando em consideração somente as línguas indígenas amazônicas, observa-se que no período da colonização, de acordo com Noronha (1862) havia 60 povos indígenas gentios e, que, por ocasião da repressão dos colonizadores, esses povos desapareceram e com eles suas línguas sem que houvesse nenhum registro linguístico, a não ser a citação nas cartas dos navegadores, como nos documentos de Abbeville (1975), *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*; Carvajal (1541), *Relación del Descubrimiento del Río de las Amazonas*; Acuña, (1641), *Novo Descobrimiento do Grande Rio das Amazonas* (1637); Fritz (1686), *O diário do Padre Samuel Fritz*; La Condamine (1745), *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*; Noronha (1862), *Roteiro da viagem do Pará até as últimas colônias do sertão, em que citam a localização geográfica desses povos gentios*. Na atualidade, a Funai (2021) identificou 114 povos indígenas isolados (como são denominados atualmente os povos gentios daquele período colonial), e que, na atualidade, permanecem sem nenhum dado sociolinguístico de suas línguas registrados, a não ser de informações de suas localidades geográficas e de suas existências por meio de levantamento dos técnicos indigenistas da Fundação Nacional do Índio. Contudo, se sabe que cada povo indígena isolado usa uma língua para se comunicar, daí se supõe que são 114 línguas.

Quando se observa os dados das línguas dos povos indígenas amazônicos, das 307 línguas existentes, somando-se as línguas dos povos indígenas isolados e conhecidos, somente 193 delas são estudadas e, assim mesmo, muitas já desapareceram. O documento intitulado “Amazônia minada”, da FUNAI/ANM (2021), mostra a distribuição por terra indígena da Amazônia Legal com presença de povos indígenas isolados e suas organizações, nas áreas de abrangência das regiões amazônicas do Vale do Javari (AM), Cuminapanema (PA), Awá Guajá (MA), Uru-Eu-Wau-Wau (RO), Envira (AC) e Purus (AM).

O que se conhece até, então, desses povos indígenas isolados são suas localizações geográficas numa vasta região da Amazônia Legal Brasileira. Essas identificações são feitas pelos técnicos indigenistas da Funai, geralmente, por meio de informações repassadas por outros grupos indígenas já contactados e através de voos aéreos com helicópteros, para evitar o contato com os indígenas, e assim, transmitir-lhes doenças e dizimá-los. Em termos linguísticos, não se sabe que línguas esses grupos isolados falam, o que se sabe é que onde há um grupo

de povos indígenas isolados, ali há também uma língua falada por aquele grupo. Daí a estimativa de que existem 114 línguas, por haver 114 povos indígenas isolados, e supondo-se que cada grupo fale uma língua ou variedade diferente. É o que preconiza a Funai (2021, p. 4), “Os indígenas isolados vivem em suas terras de acordo com sua cultura original, utilizando-se de sua língua nativa e não conhecem nenhum tipo de tecnologia ou objetos da sociedade brasileira, assim como não possuem contato com outras tribos indígenas”.

Gráfico 2 - Localização dos povos indígenas isolados em terras indígenas



Fonte: Amazônia Minada/FUNAI/ANM (2021).

Para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), esses grupos indígenas são considerados “povos isolados” porque, ainda, não estabeleceram contatos permanentes com a população nacional e nem com outros povos indígenas, diferenciando-se, assim, de outros grupos indígenas que mantêm contatos intensos com outros indígenas e não-indígenas. A Funai contabilizou 114 povos indígenas “isolados” em toda a Amazônia Legal Brasileira, vivendo em grupos de 8 a até 80 indivíduos.

Em relação a questão sociolinguística desses grupos indígenas isolados, acreditamos que cada povo fala uma língua e/ou uma variedade diferente, mesmo que entre essas 114 etnias haja línguas do mesmo tronco ou família linguística, haja vista, que a Funai (2021) preconiza que não há contato entre os grupos, ou seja, não há contato linguístico entre esses povos. Trata-se de caçadores e coletores, povos isolados que só se comunicam entre os membros do mesmo grupo. Essa é uma hipótese relativista, no sentido de que se sabe que existe uma língua porque há um povo que a fala (CALVET, 2002). Contudo, não se sabe se todas as 114 línguas são diferentes umas das outras, pois ao longo do tempo, a língua sofre mudanças diacrônicas. No caso dessas línguas, com o distanciamento cultural, social e o não contato linguístico entre os grupos, podem ter levado variações de fala, mesmo havendo um certo grau parental entre essas línguas e falantes. O fato, é que se sabe da existência desses povos e, conseqüentemente, de suas línguas, mas não há estudos linguísticos sobre o assunto em seu aspecto sociolinguístico (FUNAI, 2021).

Desde 1987, a Funai tem implantado políticas diferenciadas para os povos indígenas isolados, com o propósito de se fazer respeitar seus modos de vida, afastando-se, assim, a ideia de obrigatoriedade do contato para proteção desses grupos indígenas. O trabalho da Funai com os “povos indígenas isolados” tem como objetivo identificar a localização geográfica desses grupos, para não só comprovar a existência deles, mas obter também maiores informações sobre seu território e suas características socioculturais, de modo, que os registros sobre esses “povos isolados” evidenciem a existência desses grupos indígenas e sejam devidamente inseridos no banco de dados de pesquisas da Funai.

A permanência dos povos indígenas em estado de “isolamento” tem amparo legal no artigo. 231/88, da Constituição Federal do Brasil, que reconhece a organização social, hábitos, costumes, tradições e as diferenças culturais dos povos indígenas no Brasil, assegurando-lhes, assim, o direito de manterem suas

culturas, identidades e modos de vida, tendo na constituição do Estado brasileiro as garantias de proteção e manutenção de seus costumes e modos de vida.

Desse modo, compete à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por meio da Coordenação Geral fazer-se cumprir o que determina a Constituição Federal de 1988, inclusive, com relação aos Grupos de Índios Isolados e Recém Contatados (GIIRC) que, através das Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE) e de unidades descentralizadas da Funai, especializadas na proteção de “povos indígenas isolados”, assim como de recente contato, garante a esses povos indígenas isolados o livre arbítrio e o exercício de suas liberdades e de suas atividades tradicionais e culturais sem a necessidade e obrigatoriedade de contactá-los (FUNAI, 2012).

Contudo, quando se tem uma visão holística desses povos isolados numa perspectiva sociolinguística, percebe-se que somente identificar a localização geográfica e o comportamento cultural desses indígenas isolados não é suficiente, pois a língua representa também a marca identitária de um povo. Logo, se pode inferir que há, nesse sentido, uma situação de “línguas negligenciadas” (GOFFMAN, 2011), haja vista, que houve negligência nos estudos linguísticos com os povos gentios do período colonial, e no contexto sociolinguístico atual, em que vivem os povos indígenas isolados, observa-se que há também uma situação linguística negligenciada por parte do Estado e dos linguísticas, pois os estudos linguísticos com esses povos continuam à margem do preconceito linguístico e de falta de políticas linguísticas que dê conta também de estudos sociolinguísticos das línguas faladas por esses indígenas isolados.

O descaso com as línguas indígenas no Brasil já vem desde o século 16 que, na visão dos colonizadores, as línguas indígenas sempre representaram um problema de Estado para eles, e empenhados na conquista do território amazônico no período colonial, trataram de providenciar a extinção dessas línguas, usando como pano de fundo o papel da religião e o idioma português na pregação e na confissão dos indígenas, de modo, que no século 18 houve uma acentuação mais drástica, na qual a evangelização com a finalidade em si, perde definitivamente seu papel de protagonista, submetendo-se à integração política e econômica do Estado, e assim, surgem às ideias de universalização da língua portuguesa, provenientes da Coroa Real Portuguesa através do Decreto Diretório dos Índios (OUEIXALES; RENAULTLESCURE, 2000).

Desse modo, o português foi instituído como língua da colonização. Contudo, não se reproduziu na colônia portuguesa exatamente a naturalização do português falado em Portugal, embora essa colonização linguística fosse voltada para esse fim. Dessa forma, se operou uma disjunção histórica no próprio termo “português” e, assim, paralelamente se constituiu um país com outro lugar enunciativo e com o nome de Brasil. Mas para que a língua portuguesa fosse institucionalizada no Brasil colônia, houve a necessidade de um ato político-jurídico, que ficou conhecido como “Diretório dos Índios”, para assim, institucionalizar e oficializar de modo impositivo o idioma português no país. De modo, que apenas a língua portuguesa devia ser falada, ensinada e escrita, com base nos moldes da gramática portuguesa vigente na Corte Portuguesa.

Desse modo, por meio desse “Diretório” buscou-se silenciar a língua geral amazônica e seus falantes, disseminando-se na sociedade a ideia de que a LGA era uma língua ruim e de invenção diabólica. Assim, estava decretado o extermínio, não só da LGA, mas também das línguas indígenas amazônicas que eram tão numerosas e diversas que, de acordo com os cálculos dos linguistas, esses estimavam que havia aproximadamente 1.200 línguas indígenas no Brasil e, dessas centenas de línguas, cerca de 718 eram faladas na Amazônia, incluindo-se as línguas dos povos indígenas gentios e isolados (RODRIGUES, 2007).

3.2 As línguas amazônicas vivas, extintas, mortas, debilitadas e revitalizadas

Para Almeida (2005), a língua pode ser classificada como *viva*, *morta* ou *extinta*. Entretanto, percebe-se que na atualidade a concepção desse autor não dá conta de uma classificação mais precisa, pois os estudos sociolinguísticos dos últimos quinze anos apontam para mais dois tipos de classificações fundamentais nas pesquisas desses fenômenos sociolinguísticos que são línguas *debilitadas* e *revitalizadas* (CALVET, 2002).

Saber observar e identificar esses fenômenos sociolinguísticos nas comunidades linguísticas, principalmente de grupos que falam línguas minoritárias é de sua importância para que se possa implementar políticas linguísticas adequadas com o objetivo de fortalecer as línguas em risco de desaparecer.

3.2.1 Língua viva

O conceito de língua viva está relacionado ao tempo, ao espaço e ao uso dela no contexto social, ou seja, ela é viva porque está sendo empregada em vários contextos socioculturais e em várias situações comunicativas e de interações entre as pessoas que a falam. Em outras palavras, ela é o produto de uma prática social transmitida de forma intergeracional e ininterrupta entre os membros da comunidade linguística que a fala (CALVET, 2002).

Para Bakhtin (2006, p. 270) a língua tem vida porque é um diálogo contínuo entre os sujeitos sociais, ou seja, está em constante uso pelos seus falantes, tanto na prática oral quanto na escrita e na leitura. Nesse sentido, se pode afirmar que a língua viva se caracteriza como aquela que é usada como meio de instrumento contínuo de comunicação e interação entre os indivíduos de uma determinada comunidade linguística (COSTA, 1996).

Como exemplos de línguas vivas indígenas, citamos o Tikúna que possui mais de 48 mil falantes, o Guarani Kaiowá com mais 30 mil falantes, o Nheengatu com aproximadamente 20 mil falantes entre outras línguas indígenas. De acordo com a (UNESCO, 2020), “Uma língua é considerada viva quando ela é falada por todas as gerações e a sua transmissão é intergeracional e ininterrupta entre os membros da comunidade linguística que a fala”.

Contudo, para o *Ethnologue* (2020) todas as línguas indígenas brasileiras estão em risco de desaparecer, e esse fenômeno não é exclusivo das línguas minoritárias do Brasil, mas também das línguas minoritárias de todo o mundo, que juntas somam mais 2,5 mil em perigo de desaparecerem. Isso só aumenta a preocupação dos povos que falam essas línguas minoritárias, pois cada idioma que desaparece, significa que parte da história e da cultura do povo que a fala deixa também de existir.

Sabe-se que as línguas, por meio do contato linguístico das pessoas que as falam, que as escrevem e que as ouvem a cada dia têm a capacidade de sobreviverem a diversos fenômenos climáticos naturais, mas quando seus falantes morrem ou são sujeitados por outras culturas e línguas hegemônicas, seus idiomas tendem também a desaparecerem ou evoluir para uma nova variedade linguística que, mesmo assim, se apresenta como um problema de comunicação social (CALVET, 2002).

Nesse sentido, as línguas vivas, principalmente, as minoritárias que são faladas por uma minoria étnica ou pequenos grupos, que estão em situação política e social de línguas desprestigiadas, são mais susceptíveis de desaparecerem, principalmente, num contexto tão globalizado em que o contato linguístico é cada vez mais intenso entre línguas hegemônicas e minoritárias, em que o idioma hegemônico funciona como uma espécie de borracha que vai apagando a língua minoritária do contexto social de fala da comunidade bilíngue (2002).

3.2.2 Língua extinta

O termo língua extinta significa que a língua não possui mais falantes e nem tampouco ela foi registrada. Ou seja, é uma língua que, antes mesmo de ter sua construção fonológica constituída (gramatizada), seus falantes faleceram ou perderam as habilidades e competências de falar nessa língua (VIOTTI, 2008; VIARO, 2013).

Isso ocorre quando as línguas minoritárias são sufocadas por idiomas majoritários devido ao contato linguístico, assim como línguas majorizadas sufocam os idiomas minorizados e o resultado pode ser a extinção dessas línguas de menor prestígio caso elas, ainda, não tenham passado pelo processo de construção fonológica e seus falantes deixarem de existir ou de falar esses idiomas (HARRISON, 2008).

Desse modo, uma língua na situação de minoritária ou de minorizada pode desaparecer em apenas algumas décadas sem deixar nenhum vestígio ou fragmento. Foi o que ocorreu entre os séculos 16 e 17 com as línguas *Manáu* e *Tarumã* da família linguística *Aruák*, em que tanto os povos quanto essas línguas foram extintas sem nem se quer ter sido registrados alguns vocabulários de seus léxicos. Daí a expressão “não sobrou raiz e nem ramo”. Ou seja, a raiz representava os falantes e o ramo a língua (BÍBLIA, Malaquias, 4:1).

A extinção de uma língua envolve vários fatores, desde ações negativas do Estado sobre a língua, perda de território ou por mudanças forçadas à cultura tradicional do povo que a fala, quando ela cai em desuso e/ou obsolescência, contato entre línguas, atitudes negativas e comportamento linguístico dos falantes (CALVET, 2002, p. 133).

O conceito de língua extinta é diferente de língua morta, pois enquanto o termo língua extinta se refere ao idioma que desapareceu sem deixar registros e

seus falantes também foram extintos ou deixaram de falar a língua como meio de comunicação, a língua morta, por sua vez, é aquela que há registros fonológicos e gramaticais, mas caiu em desuso pelos seus falantes e não se faz mais uso do idioma (VILAS BOAS; HUNHOFF, 2014).

A língua, uma vez extinta, não há mais como recuperá-la e/ou revitalizá-la, já a língua morta, por ter registros fonológicos e gramaticais, pode ser revitalizada, desde que haja comunidades de falantes interessados em aprender ou reaprender a língua e, assim, utilizá-la novamente nas práticas sociais e culturais da comunidade linguística (HARRISON, 2008).

Do ponto de vista da teoria criacionista, o estado da vida para morte e da morte para vida e/ou ressurreição, é uma discussão recorrente nas Ciências da Religião e da Bioética. E nas Ciências Sociolinguística é algo muito mais plausível e real, ainda, pois a língua, mesmo depois de ter sido considerada morta, pode ser revitalizada e voltar ao estado de viva e ser usada como meio de comunicação em uma comunidade linguística (LUCAS, 2008; COHEN, 2008).

Assim, do ponto de vista da Sociolinguística só não há mais solução para a língua considerada extinta, haja vista, que o processo de extinção resulta, não só no desaparecimento por completo dos falantes, mas também indica que não há mais provas oral e escrita da existência da língua (ALMEIDA, 2005, p. 18).

O processo de extinção de uma língua pode ser classificado em três tipos, o primeiro é a *extinção repentina* e que ocorre quando há perda de um grupo completo de falantes de forma rápida e brusca; o segundo tipo é a *extinção radical* que é parecida com o primeiro caso, todavia, há, ainda, alguns sobreviventes que, aos poucos abandonam a sua língua por não terem mais com quem interagir e se comunicar; e por último, o tipo de *extinção gradual* que é o mais comum e pode demorar décadas até que não se tenha mais falantes e nem registros dessa língua. Em todos os casos, a extinção da língua representa o desaparecimento de seus falantes ou o apagamento do idioma da memória deles e/ou, ainda, o idioma não foi registrado ao longo de sua existência (JONES, 2003).

3.2.3 Língua morta

O conceito de língua morta difere do termo língua extinta, pois a palavra morta para a Linguística quer dizer que não há mais falantes, mas a língua possui registros fonológicos gramaticais, de forma, que se houver um grupo de pessoas interessadas em apreender o idioma, eles podem revitalizar a língua num contexto social de interação sociocomunicativa (HARRISON, 2008).

Desse modo, a partir da gramática e do vocabulário (léxico) da língua já conhecidos e registrados em documentos escritos e/ou em mídia, a língua pode ser revitalizada e, assim, ser reintroduzida no contexto social e cultural do grupo ou comunidade linguística. Nesse sentido, a morte de uma língua é diferente do processo de extinção, pois uma língua, mesmo depois de ter sido considerada morta, há, ainda, a possibilidade de ela ser revitalizada, enquanto a extinção da língua é definitiva (2008).

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020), todas as línguas indígenas brasileiras, mesmo aquelas consideradas vivas correm riscos de desaparecerem, pois são línguas ameaçadas por preconceitos linguísticos, má gestão de políticas linguísticas adequadas aos grupos indígenas que as falam, e por serem línguas despregadas pela maioria da sociedade brasileira.

3.2.4 Língua debilitada

O conceito de língua debilitada recai sobre o fato de que ela está em risco de desaparecer e não pode ser classificada nem como língua extinta e nem como língua morta, pois por seu turno, ela é marcada pelo fato de estar em situação de languidez e não ser mais usada de maneira coloquial ou social, mas apenas em situações de representação de algum contexto cultural, em rituais e atividades religiosas. Do ponto de vista do contexto sociointeracional, a língua perdeu seu valor enquanto meio de comunicação e, de forma tímida, ela é usada em ritos, principalmente religioso e cultural, e por pessoas mais idosas nas comunidades linguísticas bilíngues/multilíngues. (CRISTÓFARO-SILVA, 2002).

Em outras palavras, a língua em estado de *debilitada* é quando entra em situação de desuso e os falantes praticantes da oralidade ou escrita desse idioma

aos poucos vão deixando de praticá-lo no contexto de comunicação sociocultural do grupo. Assim, se pode afirmar que a língua *debilitada* está em processo de transição para língua morta e/ou até mesmo para o processo de extinção se nada for feito. Nesse sentido, a língua em situação debilitada passa pelo processo de déficit linguístico em que os falantes vão perdendo suas habilidades e competências linguísticas ao mesmo tempo em que o idioma vai caindo em desuso (BAGNO, 2017, p. 79).

É um estado que pode ser denominado também de língua hipotética, pois não se sabe exatamente o que poderá ocorrer com a língua debilitada, havendo três possíveis possibilidades de ocorrências: a língua pode ser vitalizada, ou seja, precisa passar por um processo de fortalecimento linguístico que vai desde atitudes linguísticas de seus falantes até mesmo a introdução do ensino da língua na escola, que é o que tem ocorrido nos últimos anos com as línguas debilitadas; evoluir do estado de debilitada para o estado de morta, quando seus falantes deixaram de falar o idioma e restou apenas registros escritos. Ou, ainda, evoluir para o estado de língua extinta, quando não há mais falantes e nem registros desse idioma (VIARO, 2013).

Desse modo, do ponto de vista da Sociolinguística uma língua viva pode passar por vários estados que vai de debilitada para o estado de língua morta e/ou, ainda, de língua extinta. Como exemplo, pode-se citar o latim que passou do estado de língua viva, usada no contexto social e empregada em vários contextos socioculturais e em várias situações comunicativas e de interações, para uso restrito em determinados ritos em ambientes religiosos e em espaços acadêmicos e jurídicos, sendo decretada como língua morta atualmente.

Uma língua, quando entra no estágio de debilitada e perde sua vitalidade de estado de língua viva, ela pode passar por cinco níveis e estágios diferentes, de modo progressivo que vai de um estágio de língua viva e segura para o de insegura, de ameaçada para o de severamente ameaçada, e desse para o estágio de criticamente ameaçada. Esses são os estágios de evolução dentro da categoria de língua debilitada. Isso significa que a língua em estado de debilitada, precisa ser vitalizada urgentemente, senão, ela poderá passar para o estado de língua morta, que torna mais difícil sua sobrevivência, e/ou, ainda, para o estado de extinta, desaparecendo para sempre (VIARO, 2013).

3.2.5 Língua revitalizada

O conceito de língua revitalizada ou de revitalização linguística, conhecida também como recuperação linguística, é uma tentativa de reverter o estado de uma “língua morta” para o estado de “língua viva” por meio de sua recuperação sociolinguística quando o idioma é reintroduzido no contexto social e cultural de uma comunidade linguística, que geralmente ocorre através de políticas linguística de Estado e/ou, ainda, a partir da iniciativa do próprios membros da comunidade que almejam revitalizar a língua como meio de interação e comunicação (CALVET, 2007).

O termo revitalização ou recuperação linguística é controverso nos estudos da literatura de contatos de línguas, haja vista, que depende da área de interesse dos pesquisadores da Linguística, da Sociologia, da Antropologia, entre outras ciências. As interpretações variam também, de modo, que a “revitalização linguística” pode ser entendida como um conjunto de ações para resgatar uma língua do estado de morta (CRYSTAL, 2005, p. 58).

Desse modo, o ato de revitalização de uma língua morta surge como uma alternativa de intervenção numa situação em que a *língua minoritária* perdeu seu espaço como idioma de interação comunicativa para a *língua majoritária* numa comunidade bilíngue e, assim, se busca revitalizá-la ao convívio sociolinguístico e cultural de seus falantes (CALVET, 2002, p. 138).

Nesse sentido, partindo de uma visão relativista de revitalização linguística, entende-se que o termo *ressuscitar* uma língua morta seria o mesmo que revitalizá-la, de modo, que a ação de revitalização necessita ser construída em conjunto com a comunidade linguística (in vivo) (CALVET, 2002, p. 133).

Dessa forma, a revitalização linguística não consiste somente em inserir no ensino regular uma língua indígena minoritária com base na legislação nacional, estadual e/ou municipal, mas pressupõe também uma série de orientações no planejamento e nas atitudes linguísticas e nas decisões de conscientização sociolinguística do uso social do idioma pelos membros da comunidade (ALTENHOFEN, 2013).

Desse modo, entendo que as políticas de revitalização de línguas indígenas minoritárias precisam ser acompanhadas e orientadas em conjunto e em estreita parceria com as entidades educacionais da Educação Escolar Indígena e as lideranças e professores das comunidades linguísticas onde essas línguas são revitalizadas (CABALZAR, 2012).

3.3 Classificação das línguas amazônicas por categorias

No levantamento linguístico de categorias e de conceito de línguas amazônicas listadas no Quadro 2, mostramos que se pode dividir as línguas indígenas em seis tipos de categorias: línguas vivas, línguas extintas, línguas mortas, línguas debilitadas, línguas vitalizadas e línguas revitalizadas. Essa nomenclatura linguística é plausível e é baseada na classificação das “línguas do mundo em risco de desaparecer” (UNESCO, 2020).

Quadro 2 - Categoria e conceito das línguas amazônicas

CATEGORIA	CONCEITO
Línguas vivas	Língua de comunicação diária usada em contextos socioculturais e em várias situações de interações de práticas comunicativas entre as pessoas que a falam.
Línguas extintas	Língua que não possui mais nenhum falante e nem registros fonológicos ou gramaticais.
Línguas mortas	Língua que possui registros fonológicos e gramaticais, mas não há mais falantes.
Línguas debilitadas	Língua falada por um grupo minoritário e somente entre os mais idosos, ou em liturgias e rituais religiosos e apresentação cultural.
Línguas vitalizadas	Línguas que se encontram no estado de debilitadas e necessitam de vitalização para seus fortalecimentos e usos no contexto social e cultural das comunidades bilíngues
Línguas revitalizadas	É o estado de recuperação das línguas do estado de mortas para o estado de línguas vivas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O termo língua viva, quando se refere às línguas indígenas amazônicas tem uma conotação diferente de quando se refere às línguas modernas, haja vista, que as línguas indígenas, mesmo sendo considerados “línguas vivas”, para a UNESCO (2020) todas estão em risco de desaparecer, em virtude exatamente do fenômeno de deslocamento sociolinguístico que os falantes dessas línguas minoritárias sofrem em detrimento da expansão dos idiomas dominantes ou majoritários, assim como de contato linguístico e de ações sobre essas línguas minoritárias.

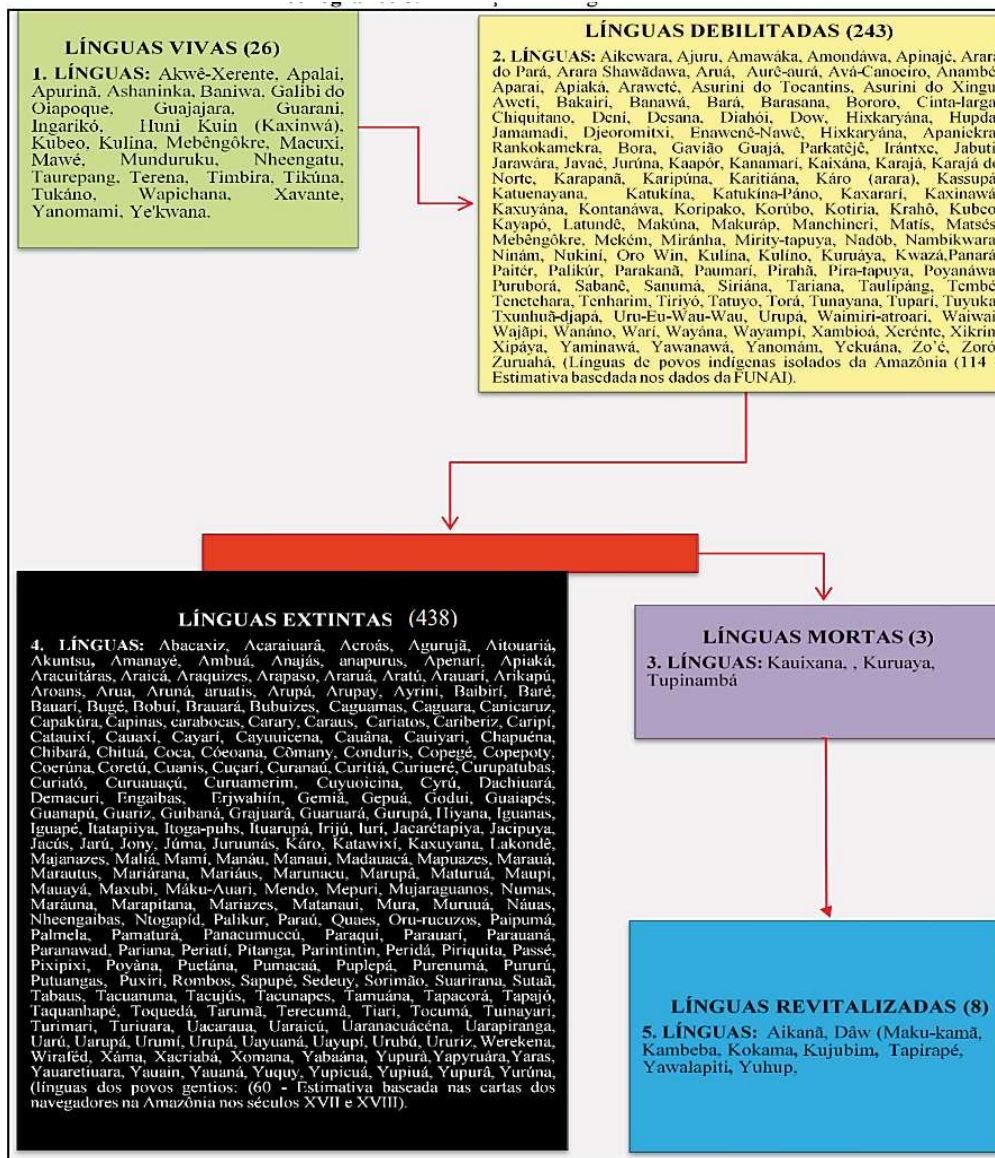
Nos estudos de Crystal (2000, p. 20), as línguas são classificadas da seguinte forma: vivas que têm uma população grande o suficiente para garantir uma provável existência a longo prazo; línguas viáveis, porém pequenas que possuem

mais de 1.000 falantes e que são faladas em comunidades isoladas ou com uma grande organização interna, as quais estão cientes da sua língua como marca de sua identidade; línguas em perigo que são faladas por um número de pessoas suficiente para garantir a sua sobrevivência, mas apenas em circunstâncias favoráveis e com o crescimento de seu suporte comunitário; línguas quase extintas que estão quase além da possibilidade de sobrevivência, usualmente sendo faladas apenas por poucas pessoas idosas; e línguas extintas que são aquelas que seu último falante fluente morreu e não existe nenhum sinal de revitalização.

Essas classificações propostas por Crystal (2005), como se pode observar, nos parece um pouco complexa e confusa, pois apenas se discute uma realidade macro, mas não consegue mostrar à realidade das línguas já extintas ou sem nenhum falante e, ainda, não mostra a possibilidade de haver revitalização dessas línguas, mesmo depois da morte dos últimos falantes dessas línguas extintas sem registros. Crystal (2005) assinala, ainda, que línguas indígenas que têm uma base populacional grande pode se manter por longo período sem ser ameaçada de extinção, quando na verdade todas as línguas indígenas estão em risco de desaparecerem, segundo a (UNESCO, 2020).

Por essa razão, propomos uma reclassificação mais precisa com o objetivo de facilitar o entendimento e clareza por parte do leitor sobre essas categorias de línguas indígenas, com uma proposta mais próxima da que é recomendada pela UNESCO (2020), conforme descrevemos em uma lista de línguas amazônicas por categorias de vivas, extintas, mortas, debilitadas e revitalizadas a partir de cruzamentos de dados de diversos documentos de pesquisas linguísticas e de trabalhos etnográficos e históricos, como as cartas dos navegadores dos séculos 16, 17, 18 e 19, como de Abbeville (1975), História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas; Carvajal, (1541), Relación del Descubrimiento del Río de las Amazonas; Acuña, (1641), Novo Descobrimiento do Grande Rio das Amazonas, (1637); Fritz, (1686), O diário do Padre Samuel Fritz; La Condamine, (1745), Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas; Noronha, (1862), Roteiro da viagem do Pará até as últimas colônias do sertão, e de estudos linguísticos de Rodrigues (2007; 2013), Bessa Freire (2003; 2005) e de dados da Funai (2021).

Iconográfico 1 - Categorias de línguas amazônicas



Fonte: Elaborado pelos autores.

O cenário linguístico da Amazônia nos últimos cinco séculos mudou drasticamente, como se pode observar na lista de línguas amazônicas por categorias. Na categoria de línguas vivas, há 26 línguas indígenas amazônicas que, ainda, são

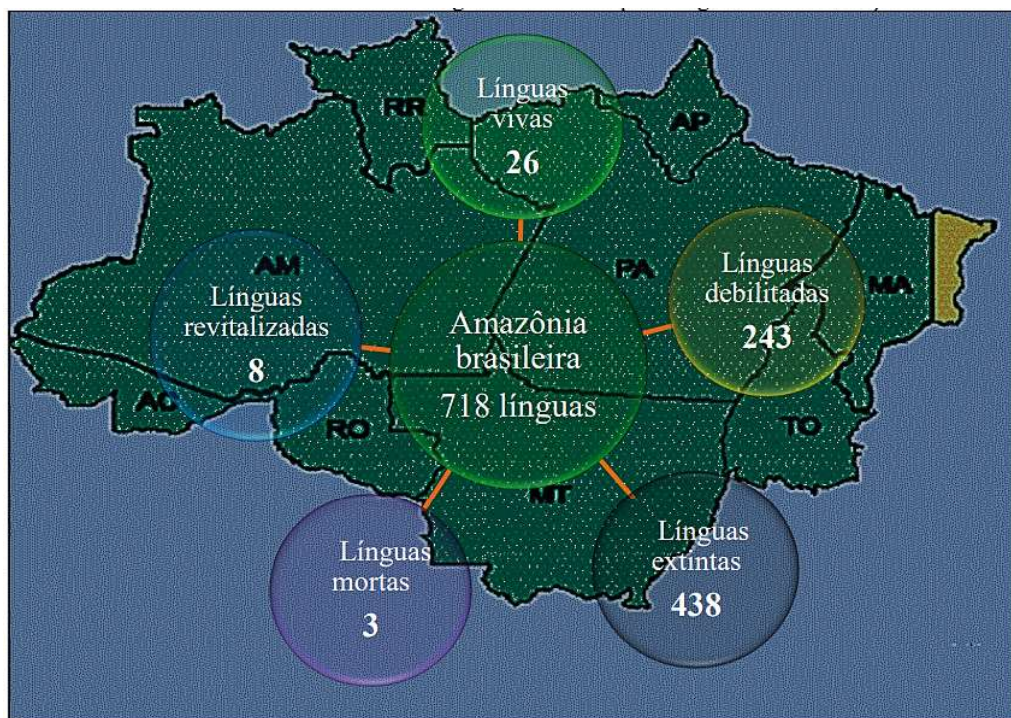
faladas por grupos indígenas com mais de 5 mil falantes e, que suas aquisições são concebidas naturalmente no seio familiar. Na categoria línguas debilitadas, há 243 línguas que se encontram em situação de línguas ameaçadas de desaparecer. Na categoria línguas extintas, são 438 línguas que já desapareceram e, portanto, não há mais como revitalizá-las. Na categoria línguas mortas, encontram-se 3 línguas. Entretanto, essas línguas podem, ainda, ser revitalizadas, e na categoria línguas revitalizadas, há 8 línguas que estavam na situação de mortas e foram revitalizadas. Somando-se as cinco categorias de línguas, os números chegam a um total 718 línguas indígenas, incluindo-se as línguas dos povos indígenas gentios e as línguas dos povos indígenas isolados.

A princípio, o número de línguas parece ser bem animador, mas quando se leva em consideração a situação linguística das línguas em risco de desaparecer na perspectiva da UNESCO (2020), os dados apontam que somente 26 línguas amazônicas são consideradas vivas, de fato e possui mais de 5 mil falantes. As línguas que estão na situação de debilitadas possuem entre 2 falantes a 5 mil falantes, e nas comunidades linguísticas onde essas línguas são veículo de comunicação, geralmente, somente os mais idosos acima de 40 anos as falam como língua materna. Já os mais jovens somente compreendem, mas não as falam. Isso pode ser um sinal de que aos poucos as línguas indígenas estão deixando de ser faladas nas comunidades indígenas.

Mas o que de fato mais chama atenção é o impressionante número de 438 línguas indígenas já extintas no decorrer desses últimos cinco séculos na Amazônia. Praticamente a região amazônica passou da situação de mais multilíngue do mundo para o estado de cemitério de línguas extintas. Os números são assustadores e se nada for feito, muitas outras línguas indígenas irão desaparecer sem nem sequer deixar registros, é o que pode ocorrer com as dezenas de línguas dos povos indígenas isolados.

Ao se observar os dados do Iconográfico 1, fica evidente que o número de línguas extintas e em situação de debilitadas é infinitamente superior ao número de línguas que até o presente foram revitalizadas ou são consideradas vivas. Isso significa que o trabalho de vitalização linguística não tem sido suficiente para fortalecer as línguas em situação de debilitadas e nem as políticas linguísticas de Estado têm sido eficientes para evitar as mortes e extinções de línguas indígenas no Brasil, em especial na Amazônia.

Gráfico 3 - Número de línguas amazônicas por categoria de classificação



Fonte: Elaborado pelos autores.

No Gráfico 3, estão organizadas as línguas amazônicas por categorias dentro de círculos representados por cores. No círculo verde-claro estão as 26 línguas vivas, no círculo amarelo estão as 243 línguas debilitadas, no círculo azul-claro estão as 8 línguas revitalizadas, no círculo roxo estão as 3 línguas mortas, no círculo preto estão as 438 línguas extintas, e no círculo verde folha centralizado estão as 718 línguas. Uma estimativa de número de línguas indígenas que havia na Amazônia brasileira no início da colonização, entre os séculos 17 e 18 (BESSA FREIRE, 1983; LOUKOTKA, 1968; SANTOS, 2009).

As cores dos círculos nas cores verde, amarelo, azul, roxo e preto simbolizam a situação em que as línguas se encontram, conforme idealizado pela UNESCO (2020). O verde simboliza as línguas vivas e faladas fluentemente, o amarelo simboliza as línguas debilitadas faladas por poucos falantes e, geralmente, acima de 40 anos, o roxo simboliza as línguas mortas que não possui mais falantes e apenas registros, o preto simboliza as línguas extintas que não possui mais falantes e

nem registros, e o círculo verde-folha grande simboliza o bioma amazônico onde estavam ou estão localizados os povos e suas línguas.

As informações principais para a composição da lista de classificação das categorias de línguas por nome do idioma e/ou do povo que o falava ou fala foram baseados nos textos (cartas) dos navegadores do período colonial, desde os relatos de Abbeville (1975), Carvajal (1541), Fritz (1686), La Condamine (1745), Noronha (1862), Heriarte (1874), Metraux (1948), assim como também de estudos linguísticos mais recentes, como (RODRIGUES, 2013 ISA, 2020; BESSA FREIRE, 2003; ETHNOLOGUE, 2020; FISHMAN, 1996; GUMPERZ, 1962; IPOL, 2015; MORELLA, 2015; MARTINS, 2011; MOORE, 2014; QUEIXALOS; RENAULT-LESCURE, 2000; RAMIREZ, 2006; UNESCO, 2020; VILAS BOAS, 2014; VIOTTI, 2008).

A situação sociolinguística atual é preocupante, pois de uma estimativa de 718 línguas indígenas amazônicas que havia no início do século 16 na Amazônia brasileira, em apenas 400 anos foram extintas 438 línguas e outras 243 línguas podem não passar de cinco décadas. Assim, urge a necessidade de esforços conjuntos para o desenvolvimento de políticas linguísticas e de ações positivas sobre as línguas indígenas minoritárias amazônicas para que a cultura e a diversidade linguística na Amazônia continuem vivas, fazendo de um país continental como o Brasil uma nação de superdiversidade cultural e linguística.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, ao longo do período colonial não passou somente por processos de colonização cultural e de políticas integracionistas, mas também pelo processo de colonização linguística em que a língua portuguesa foi imposta como modelo único, monolíngue. Isso fez com que as dezenas e centenas de outras línguas faladas no país fossem desprestigiadas, mortas e até mesmo extintas. Isso, do ponto de vista sociolinguístico representou um tipo de canibalismo linguístico, em que a língua portuguesa se alimentou das línguas indígenas amazônicas, principalmente da LGA, e depois essas línguas foram descartadas pela Coroa Portuguesa em prol de uma política linguística monolíngue.

Contudo, o Brasil é, ainda, considerado pela UNESCO (2020) como o 10º país mais multilíngue do mundo, com 36 famílias linguísticas indígenas e 9 famílias de línguas de imigração num total de 45 famílias e 333 línguas, sendo 307 indígenas,

contabilizando com as línguas dos povos indígenas isolados, 24 línguas de imigração e 2 línguas de sinais libras e kaapor. Cabe agora, a partir da conscientização sociolinguística da população brasileira e de políticas linguísticas eficientes instigar o processo de decolonização linguística, para que, assim, a sociedade brasileira mude sua postura monolinguística à de concepção de um país de superdiversidade cultural e linguística.

Vale ressaltar que a língua não é somente um meio de comunicação e interação, mas também um elemento cultural de identificação de um povo. Ela funciona como um elo condutor de expressão da identidade do ser humano e funciona também como uma ponte que liga os falantes desde o passado, presente e futuro e, assim ela possibilita o falante encontrar conhecimento de mundo e experiência humana, por isso se faz necessário um contínuo esforço para evitar que as línguas desapareçam.

Desse modo, as políticas linguísticas e as ações positivas sobre as línguas indígenas são fundamentais para potencializar o processo de revitalização e fortalecimento das línguas minoritárias na Amazônia. Assim, o contato sociolinguístico, como também a natureza da relação entre os habitantes e o caráter social dos contatos e a finalidade da interação precisam ser estimulados no contexto sociocultural dos falantes.

As atitudes, os valores e os conhecimentos sociolinguísticos dos falantes são imprescindíveis para que se mantenha a interação entre os grupos linguísticos com seus pares e com os de outras culturas sem perder a identidade linguística local. Desse modo, a comunidade linguística minoritária precisa compreender como os fatores sociolinguísticos podem agir em favor da manutenção de sua língua minoritária e fazer com que a situação social e linguística nos ambientes de contato sejam sempre propícios ao engajamento e manutenção do multilinguismo.

A heterogeneidade das línguas no mundo já é representada por poucos falantes, e essas pouquíssimas representatividades precisam ter voz por suas próprias línguas minoritárias, fazendo com que esses falantes, ao invés de usar línguas majoritárias e hegemônicas, usem também suas línguas maternas em ambientes que podem exercitar essas línguas locais, transferindo, assim, todas as suas práticas sociais, culturais e sociolinguísticas para suas línguas maternas ou de comunicação em prol da riqueza cultural e linguística de um país tão multilíngue como o Brasil.

REFERÊNCIAS

- ACUNÃ, Cristóbal de. *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas*. Madrid: Imprenta del Reyno, 1641.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogerio; ROCHA, Claudia Hilsdorf (Org.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 93-116.
- BAGNO, Marcos. *Dicionário crítico de sociolinguística*. São Paulo: Parábola, 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BESSA FREIRE, José Ribamar. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2005.
- BESSA FREIRE, José Ribamar. *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. 2003. 239f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- BESSA FREIRE, José Ribamar. Da “fala boa” ao português na Amazônia brasileira. *Ameríndia*, Fortaleza, n. 6, p. 39-83, 1983.
- BÍBLIA, Livro de Malaquias. *Bíblia Sagrada: católica*. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008. Malaquias 4, vers. 1.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em: <https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-8-capitulo-8-artigo-231>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- CABALZAR, Flora Dias. (Org). *Educação Escolar Indígena do Rio Negro 1998-2011: relatos de experiências e lições aprendidas*. São Paulo: ISA/FOIRN, 2012.
- CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola editorial; IPOL, 2007.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CARVAJAL, Frei Gaspar de. *Descobrimientos do Rio das Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

COHEN, Claudio; SEGRE, Marco. *Bioética*. 3. ed. São Paulo: USP, 2008.

CONDAMINE, Charles-Marie de La. *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale*. Depuis la côte de la mer du Sud, jusqu'aux côtes du Brésil & de la Guiane, en descendant la riviere des Amazonas; lûe à l'assemblée publique de l'Académie des Sciences, le 28 avril 1745. Paris: Veuve Pissot, 1745.

COSTA, Vera Lúcia Anunciação. A importância do conhecimento da variação linguística. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 12, n. 12, p. 51-9, 1996.

CRISTÓFARO-SILVA, Thais. Morte de língua ou mudança linguística? Uma revisão bibliográfica. *Revista do Museu Antropológico*, Goiânia, v. 5-6, n. 1, p. 55-73, 2002.

CRYSTAL, David. *A revolução da linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CRYSTAL, David. *Language death*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

D'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

ESPADA, Marcos Jimenez de La. *Viaje del capitán Pedro Texeira aguas arriba del rio de las Amazonas: 1638-1639*. Madrid: Imprenta de Fortanet calle de la Libertad, 1889.

ETHNOLOGUE. *Twenty-third edition*. Dallas: SIL International, 2020.

FRITZ, Samuel. *Journal of the travels and labours of father Samuel Fritz in the river of the Amazons between 1686 and 1723*. London: Cambridge University Press, 2017.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO [FUNAI]. *Amazônia Minada: Povos indígenas isolados*. Manaus: Geojornalismo na Amazônia, 2021.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO [FUNAI]. Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. *Gov.br* [online], Brasília, DF, 2013.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas em pesquisas sociais*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006

GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação*: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUMPERZ, John. Types of Linguistic Communities. *Anthropological Linguistics*, [s.l.], v. 35, n. 1-4, p. 130-42, 1962. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/30022343>. Acesso em: 17 nov. 2017.

HARRISON, David. *When languages die*: the extinction of the world's languages and the erosion of human knowledge. Department of Linguistics. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HERIARTE, Mauricio de. *Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas, feita por Mauricio de Heriarte, Ouvidor-Geral, Provedor-Mór e Auditor, que foi, pelo Governador D. Pedro de Mello, no Anno de 1662*. Vienna: Edição por conta do Editor, 1874.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM POLÍTICA LINGUÍSTICA [IPOL]. A diversidade linguística como patrimônio cultural. *Ipol* [online], Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://ipol.org.br/?s=A+diversidade+lingu%C3%ADstica+como+patrim%C3%B4nio+cultural>. Acesso em: 24 set. 2020.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL (ISA). Página principal. *Povos indígenas do Brasil* [online] São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.indios.org.br/>. Acesso em: 20 out. 2020.

JONES, Meirion Prys. *As línguas ameaçadas de extinção e a diversidade linguística na União Europeia*. Bruxelas: Parlamento europeu; Direcção-Geral das Políticas Internas Departamento Temático B: Políticas Estruturais e de coesão cultura e educação, 2003.

LOUKOTKA, Čestmír. *Classification of South American Indian Languages*. Los Angeles: University of California, 1968.

LUCAS, Ramón. *Explícame la bioética*: guía explicativa de los temas más controvertidos sobre la vida humana. Madrid: Ediciones Palabra, 2008.

MARTINS, Marlúcia Bonifácio; OLIVEIRA, Tadeu Gomes de Oliveira (Org.). *Amazônia Maranhense: diversidade e conservação*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), 2011.

METRAUX, Alfred. The Tupinamba. In: STEWARD, Julian (Ed.). *Handbook of South American Indians: the tropical forest tribes*. [volume 3]. Washington: Government Publishing Office, 1948.

MOORE, Denny. Historical Development of Nheengatu: Língua Geral Amazônica. In: MUFWENE, Salikoko (Ed.). *Iberian Imperialism and Language Evolution in Latin America*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.

MORELLA, Rosângela. *Leis e línguas no Brasil: o processo da cooficialização e suas potencialidades*. Florianópolis: Editora IPOL, 2015.

NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província*. Pará: Typographia de Santos & Irmãos, 1862.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. *Interactive Atlas of the World's Languages in Danger*. London: UNESCO, 2010. <http://www.unesco.org/languages-atlas/index.php/>. Acesso em: 4 out. 2020.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2019.

QUEIXALOS, Francisco; RENAULT-LESCURE, Odile (Org.). *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2000.

RAMIREZ, Henri. *As línguas indígenas do Alto Madeira: estatuto atual e bibliografia básica*. *Língua Viva*, Porto Velho, v. 1, n. 1, out. 2006.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Curitiba: Companhia das letras, 1995.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas indígenas brasileiras*. Brasília: UnB, 2013.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *A ameaça à diversidade linguística no Brasil*. Brasília: UnB, 2007.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. Evidências linguísticas da antiguidade do piolho e de outros parasitas do homem na Amazônia. *Revista de Estudos e Pesquisas*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 89-97, 2005.

SANTOS, Gildo Mendes dos. Amazonas indígena: um mapeamento das instituições e da produção bibliográfica sobre os povos indígenas no estado. Análise da produção sobre as línguas dos povos indígenas do Amazonas- Situação das línguas indígenas e áreas de

grande diversidade linguística no Estado. In: PACHECO, Frantomé Bezerra (Org.). *Relatório final/FAPEAM*. Manaus: FAPEAM, 2009.

VIARO, Mário Eduardo. *Manual de etimologia do português*. 2. ed. São Paulo: Globo Livros, 2013.

VILAS BOAS, Cristiane Max Serra; HUNHOFF, Elizete Dall'Comune. Um estudo sobre a origem da língua portuguesa: do latim à contemporaneidade, contexto poético social. *Revista Moinhos*, Tangará da Serra, n. 4, p. 33-45, 2014.

VIOTTI, Evani de Carvalho. *Introdução aos estudos linguísticos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

Sobre os autores:

Ademar dos Santos Lima: Doutorando em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Letras e Artes pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Licenciado em Letras Língua e Literatura Inglesa pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor de Nível Superior na Secretaria Municipal de Educação de Manaus. **E-mail:** ademarlina7@hotmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-5091-1465>

Rosineide Magalhães de Sousa: Pós-doutor em Linguística Aplicada pela Universidade de Campinas (Unicamp). Doutora e mestre em Linguística (Sociolinguística) pela Universidade de Brasília (UNB). Licenciada em Letras pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Professora Associada da UNB, atuando no Curso: Licenciatura em Educação do Campo, na área de Linguagem: Linguística. Está credenciada no Programa de Pós-Graduação de Linguística (PPGL) na UNB. Pesquisadora do Observatório da Educação do Campo, da CAPES. Líder do grupo de pesquisa Sociolinguística, Letramentos Múltiplos e Educação (SOLEDOC), certificado pelo CNPq. **E-mail:** rosimaga@uol.com.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-7588-4224>

Antonio Augusto Souza Mello: Pós-doutor, doutor e mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Adjunto IV da Universidade de Brasília (UnB). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Histórica. **E-mail:** augmello@unb.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-7579-5512>

Recebido em: 19/10/2021

Aprovado para publicação em: 05/08/2022

